

Guia Cada Voto Conta

DIREITOS DAS JUVENTUDES, ELEIÇÕES E
O PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE
CAMPINAS



REALIZAÇÃO:



APOIO:



CONTEÚDO

3 *Introdução*

4 *Atividades*

8 *Material de Referência*

9 *Poder Público Municipal*

9 *Qual o papel do/a prefeito/a?*

9 *Qual o papel de vereadores/as?*

10 *Direito à Cidadania, à Participação Social e Políticas e à representação Juvenil*

10 *Direitos Das Juventudes E Responsabilidades Do Poder Público Municipal*

11 *Direito à Educação*

12 *Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda*

13 *Direito à Diversidade e à Igualdade*

14 *Direito à Saúde*

15 *Direito à Cultura*

16 *Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão*

17 *Direito ao Desporto e ao Lazer*

18 *Direito ao Território e à Mobilidade*

19 *Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente*

20 *Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça*

INTRODUÇÃO

Este material foi desenvolvido pela Minha Campinas, com o apoio da Fundação FEAC e faz parte da Campanha Cada Voto Conta, que está sendo desenvolvida por **diversas organizações** da cidade para promover a participação política das juventudes nas eleições e lutar por políticas públicas para as juventudes.

Aqui você encontrará sugestões de atividades para serem desenvolvidas com as juventudes, estimulando-as a pensar sua realidade, a importância das eleições, de votarem para defenderem seus direitos e preparando-as para se mobilizarem politicamente ao responderem o Formulário: **Jovem, como tem sido viver em Campinas**. Com este formulário elas contribuem para Carta Compromisso¹ com o PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE CAMPINAS às Candidatas e aos Candidatos às Eleições de 2024.

Esta Carta é um documento que reunirá as propostas já aprovadas nas últimas Conferências Regional e Nacional de

1 O esqueleto da Carta Compromisso pode ser acessado [aqui](#).

Juventudes, também o compilado da pesquisa com jovens e contribuições das organizações de Campinas para as políticas públicas de juventudes que queremos. Será realizado um movimento para que candidatos/as à Prefeitura assinem a Carta se comprometendo com uma política pública municipal estruturada para e com as juventudes, onde esteja previsto recursos orçamentários e programas, projetos e ações para os próximos 10 anos. As juventudes têm direito ao desenvolvimento integral e são a possibilidade de garantia de um futuro sustentável e com justiça social.

Caso sua organização queira contribuir com a construção da Carta, você pode responder este **formulário**.

Ao final deste material, você encontrará textos sintéticos de apoio que contribuirão para a organização das atividades.

ATIVIDADES

PÚBLICO SUGERIDO

Jovens de 15 a 29 anos.

OBJETIVOS

- Debater a realidade das juventudes em Campinas.
- Conhecer direitos das juventudes.
- Contribuir com a Carta Compromisso com o PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DE CAMPINAS às Candidatas e aos Candidatos às Eleições de 2024.
- Conhecer a função do/a prefeito/a.
- Conhecer a função de vereadores/as.
- Refletir sobre a importância de votar.
- Refletir sobre voto consciente.

MATERIAIS E RECURSOS NECESSÁRIOS

- Acesso à internet.
- Celular, computador ou tablet.
- Papel.
- Impressora.
- Lápis, canetinha, caneta, giz de cera, etc.

Atividade I - Roda de Conversa: Organize uma conversa em círculo onde cada jovem possa compartilhar suas opiniões sobre direitos e políticas públicas. Você pode dividir o material de referência, dando um eixo para um/a ou mais jovens lerem. Separe ao final um tempo e recursos necessários para responderem o Formulário: **Jovem, como tem sido viver em Campinas.**

Atividade II - Histórias Pessoais: Peça aos jovens para compartilharem histórias pessoais onde sentiram que seus direitos foram respeitados ou violados. Cada jovem pode usar um eixo do material de referência para pensar numa história pessoal. Separe ao final um tempo e recursos necessários para responderem o Formulário: **Jovem, como tem sido viver em Campinas.**

Atividade III - Debate: Divida o grupo em três e organize um debate sobre os direitos das juventudes. Use o material de referência como base e peça para 2 grupos apresentarem direitos das juventudes e propostas para atendê-los, você pode dar a cada grupo um dos eixos do material. O terceiro grupo vai fazer questionamentos e por fim decidir qual o grupo seria eleito a partir das propostas apresentadas. Organize a reflexão para que a turma pense quais são bons critérios para escolher representantes. Separe ao final um tempo e recursos necessários para responderem o Formulário: **Jovem, como tem sido viver em Campinas.**

Atividade IV - Chuva de ideia: Em uma folha grande de papel ou quadro branco, incentive os/as jovens a escreverem ou desenharem suas ideias para melhorar a vida dos jovens na comunidade se fossem prefeitos/as ou vereadores/as. Você pode usar a seção que aborda a função desses cargos. Separe ao final um tempo e recursos necessários para responderem o Formulário: **Jovem, como tem sido viver em Campinas.**

Atividade V - Leitura e Discussão: Escolha um ou mais trechos do material de referência e discuta em grupo. Utilize a seção sobre papel de prefeito/a e vereadores/as também. Separe ao final um tempo e recursos necessários para responderem o Formulário: **Jovem, como tem sido viver em Campinas.**

Atividade VI - Atividade de Role-Playing: Simule uma reunião do Conselho da Juventude onde os jovens apresentam problemas e propõem soluções. Separe ao final um tempo e recursos necessários para responderem o Formulário: **Jovem, como tem sido viver em Campinas.**

MATERIAL DE REFERÊNCIA

Nessa seção, você vai encontrar pequenos textos sínteses para te apoiar nas atividades com jovens.

O primeiro texto é sobre o papel de prefeito/a e vereadores/as.

Os demais são textos divididos pelos eixos do **Estatuto da Juventude**, apontando os direitos das juventudes, as responsabilidades do poder público municipal e as perguntas referentes a cada tema que constam no Formulário: **Jovem, como tem sido viver em Campinas?**

Os apontamentos sobre as responsabilidades e possibilidades do poder público municipal foram feitos com base no documento **Agenda Municipal com e para as Juventudes do Atlas das Juventudes**.

QUAL O PAPEL DO/A PREFEITO/A?

Quem assume a prefeitura assume uma função de alta responsabilidade e poder na cidade, é eleito/a pelo povo para tomar decisões e cuidar do município. Sua função é muito importante, pois essa pessoa é responsável por melhorar a qualidade de vida da população, garantindo serviços como saúde, educação, transporte e limpeza pública. O/a prefeito/a também deve cuidar do planejamento urbano, pensando no desenvolvimento da cidade a longo prazo, e administrar o orçamento de forma transparente e responsável.

Além disso, quem ocupa esse cargo representa a cidade em eventos e negociações com outras autoridades, buscando recursos e parcerias para realizar projetos que beneficiem a população. É essencial que o/a prefeito/a esteja sempre atento às necessidades e demandas dos/as cidadãos/as, ouvindo suas sugestões e críticas, para governar de forma democrática e participativa, buscando sempre o bem-estar de todas as pessoas.

Para saber mais sobre o que é responsabilidade de uma pessoa que assume a prefeitura, [acesse aqui](#).

QUAL O PAPEL DE VEREADORES/AS?

O/a vereador/a é uma pessoa eleita pelo povo para representar os interesses da comunidade na Câmara Municipal, que é onde as leis e decisões sobre a cidade são discutidas e aprovadas. A função principal do/a vereador/a é criar e votar em leis que beneficiem a população local, além de fiscalizar as ações do/a prefeito/a e do poder executivo, garantindo que o dinheiro público seja bem utilizado e que os serviços essenciais cheguem a todas as pessoas.

Vereadores/as também têm o papel de ouvir as demandas da população, levando suas preocupações e sugestões para serem debatidas e resolvidas na Câmara Municipal. Dessa forma, o/a vereador/a atua como um elo entre a população e o governo local, trabalhando para melhorar a qualidade de vida dos municípios e promover o desenvolvimento sustentável da cidade.

É importante compreender que as pessoas eleitas como representantes precisam se manter abertas e promovendo espaços de diálogo com a população. E que temos esse poder de fiscalizarmos, cobrarmos e apresentarmos propostas para quem assume a Prefeitura e a Câmara de Vereadores.

DIREITOS DAS JUVENTUDES E RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL

Os jovens têm o direito de participar ativamente na sociedade e na política, ajudando a criar e avaliar políticas públicas voltadas para as juventudes. Isso significa que jovens devem ser vistos como pessoas importantes e responsáveis, que podem influenciar decisões políticas e sociais, se envolver em ações que beneficiem suas comunidades e o país, e defender os direitos das juventudes.

Além disso, jovens podem se comunicar com o governo por meio de associações, redes e movimentos juvenis, e o governo deve apoiar essa organização livre de jovens. Há diretrizes específicas para essa comunicação, como a criação de órgãos governamentais e conselhos de juventudes em todos os níveis de governo.

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL?

- Implementar órgão governamental para gestão das políticas públicas de juventudes. Campinas tem uma Coordenadoria de Juventude.
- Implementar Conselho Municipal das Juventudes (CMJ). Campinas tem CMJ.
- Organizar Conferências. Campinas organizou 4 conferências.
- Divulgar a atuação e reservar vagas para a participação de jovens nos Conselhos das políticas setoriais como Conselho de Cultura, Conselho de

Saúde.

- Definir junto com jovens as prioridades e o orçamento para as ações, projetos e programas para as juventudes.
- Mapear grupos que estão sendo mais negligenciados no território como jovens da periferia e criar ativamente ações para ouvir esses jovens.
- Informar jovens sobre seus direitos e o quais ações, projetos e programas existem em Campinas para jovens, incentivando que jovens denunciem se os serviços não existem ou não são adequados.
- Promover ações para que jovens conheçam e estejam próximos da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Campinas tem o Parlamento Jovem, mas é uma atividade para adolescentes do ensino

fundamental, que, usualmente é composto por adolescentes de 13 e 14 anos.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL?

- Você acha que prefeito e vereadores/as promovem ações para ouvir o que as juventudes têm a dizer sobre os problemas da cidade?
- Você já participou de uma Conferência da Juventude em Campinas?

DIREITO À EDUCAÇÃO

Os jovens têm o direito a uma educação de qualidade, desde a educação básica gratuita até a superior, com garantia de inclusão e respeito às especificidades de cada grupo, como indígenas, jovens com deficiência, e alunos da educação de jovens e adultos. É obrigação do Estado oferecer programas adaptados e assegurar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para surdos e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular com as devidas adaptações necessárias.

Além disso, é garantido o acesso ao ensino superior com políticas afirmativas para jovens negros, indígenas e oriundos de escolas públicas, e programas de financiamento e bolsas de estudo. O direito à educação profissional e tecnológica também é assegurado, bem como o transporte escolar e a participação efetiva dos jovens na gestão democrática das escolas e universidades. As instituições devem criar medidas para democratizar o acesso e garantir a permanência dos estudantes, incluindo programas de assistência estudantil e inclusão social.

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO À EDUCAÇÃO?

- Melhoria das condições de acesso: Investir em transporte, segurança alimentar e atividades extracurriculares para facilitar a permanência dos jovens na escola.
- Programas de apoio financeiro: Oferecer programas de transferência de renda ou bolsas de permanência para ajudar as famílias a não precisarem escolher entre estudar e trabalhar.
- Intervenções pedagógicas: Implementar métodos

de ensino que sejam mais eficazes e envolventes.

- Monitoramento e avaliação: Acompanhar o progresso dos estudantes, especialmente aqueles com disparidade entre idade e ano escolar, para motivá-los a continuar estudando.
- Mapeamento de desigualdades: Identificar e enfrentar as barreiras (desigualdades de renda, gênero, raça, etnia, orientação sexual, deficiências) ao acesso à educação de qualidade, tanto na educação básica quanto no ensino superior.
- Fomento a cursinhos populares: Incentivar a

criação de cursos preparatórios comunitários para ajudar os jovens a ingressar no ensino superior.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO?

- Pra você é fácil pensar em ir para faculdade?
 - Por que você não pensa em cursar faculdade?
- Escolaridade

DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA?

- Treinamento e habilidades: Oferecer treinamentos para trabalho, gestão financeira e habilidades socioemocionais, ligados às demandas locais de empregadores.
- Trabalho cooperativo: Conhecer, valorizar e apresentar as oportunidades de trabalho através da autogestão coletiva dos meios de produção e associativismo.
- Capacitação de jovens: Incentivar empregadores a treinar jovens, valorizando empresas com

Os jovens têm o direito de trabalhar em condições dignas, seguras e bem remuneradas. O governo deve apoiar os jovens no mercado de trabalho, promovendo formas coletivas de trabalho, promovendo horários de estudo e trabalho adequados, oferecendo créditos para jovens empreendedores, prevenindo a exploração do trabalho juvenil e criando políticas de estágio e aprendizagem.

Além disso, é essencial apoiar jovens trabalhadores rurais, incentivando a produção sustentável e a comercialização direta, e garantir assistência técnica e crédito. Jovens com deficiência também devem receber apoio com formação inclusiva e condições especiais de trabalho. Adolescentes de 15 a 18 anos têm seus direitos trabalhistas garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e outras leis específicas.

responsabilidade social em editais públicos e aplicando a Lei de Aprendizagem.

- Apoio a jovens empreendedores: Mapear e apoiar jovens empreendedores com subsídios financeiros e conexões com compradores potenciais.
- Equidade racial: Articular políticas intersetoriais para valorizar jovens pretos e pardos e diminuir barreiras de acesso a trabalho decente.
- Igualdade de gênero: Promover igualdade de gênero no trabalho com cooperativas femininas e treinamentos específicos.
- Apoio a jovens pais: Oferecer creches e apoio para inserção ou permanência no mercado de trabalho.

- Inclusão de jovens com deficiências e LGBTQIA+: Facilitar a inclusão com políticas e parcerias municipais.
- Apoio à juventude rural: Apoiar cadeias de valor rurais com empréstimos e garantia de vendas, incentivando a agricultura familiar e a geração de renda local.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO?

- Você trabalha? Se você não está trabalhando, mas gostaria, qual é o motivo?
- Renda familiar

DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE?

- Redução de vulnerabilidades: Criar políticas públicas para reduzir vulnerabilidades sociais relacionadas à raça, gênero, classe social e outras características.
- Mapeamento de necessidades: Compreender as diferentes necessidades de grupos como jovens LGBTQIA+, pretos, pardos, comunidades tradicionais, mulheres, jovens com problemas de saúde mental e pessoas com deficiências.
- Acessibilidade: Promover acessibilidade e inclusão em ambientes físicos e virtuais para jovens com deficiências.

Os jovens têm direito à igualdade e à diversidade, sem discriminação por etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade, sexo, orientação sexual, idioma, religião, opinião, deficiência ou condição social ou econômica.

Para garantir esses direitos, o governo deve implementar programas que assegurem a igualdade em várias áreas como educação, trabalho, cultura, saúde e segurança. Professores e profissionais de saúde, educação e segurança pública devem ser capacitados para lidar com discriminação e incluir temas sobre diversidade e igualdade nos currículos escolares. Também é importante preservar a cultura indígena e abordar questões de sexualidade de forma inclusiva nos conteúdos educacionais.

- Comprometimento: Garantir diversidade e igualdade requer compromisso de longo prazo em todas as políticas e serviços.
- Formação: Ações de conscientização nas escolas sobre diversidade e igualdade.
- Cotas: Incluir cotas para grupos sub-representados em espaços de decisão, como legislativo e executivo municipal.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE?

- Você recebe ou recebeu apoio de programa da prefeitura de Campinas para conseguir melhorar sua renda e condição de vida? Exemplo: Renda Campinas e bolsa do Juventude Conectada.
- Você já presenciou ou viveu uma situação de racismo em Campinas?
- Você já presenciou ou viveu uma situação de preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+ em Campinas?
- Você considera que uma pessoa com deficiência (visual, auditiva, física, entre outras) consegue se locomover facilmente por Campinas?

DIREITO À SAÚDE

Os jovens têm direito à saúde e qualidade de vida, com cuidados específicos para prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde de forma completa. A política de saúde para os jovens deve garantir acesso gratuito e universal ao SUS, com serviços humanizados e de qualidade que respeitem suas necessidades. Isso inclui cuidados especiais para os problemas de saúde mais comuns entre os jovens, e ações coordenadas entre serviços de saúde, escolas, famílias e comunidade para prevenir problemas de saúde.

Além disso, é importante incluir nos projetos educacionais temas como consumo de álcool, tabaco e drogas, saúde sexual e reprodutiva, com foco em gênero e direitos sexuais. A capacitação dos profissionais de saúde e educação é fundamental para lidar com essas questões, incluindo o abuso de substâncias e a saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Também é importante a parceria com instituições da sociedade civil e a proibição de propagandas de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO À SAÚDE?

- Promoção da saúde alimentar e nutricional: Apoiar ações locais que promovam uma alimentação saudável, levando em conta as necessidades da comunidade.
- Prevenção de acidentes e cultura de paz: Desenvolver iniciativas em conjunto com a segurança pública para prevenir acidentes e promover uma cultura de paz na cidade.
- Saúde sexual e reprodutiva: Capacitar as unidades de saúde para oferecer um ambiente acolhedor aos jovens, apoiando suas decisões sobre saúde

sexual e prevenindo gravidez na adolescência e violência sexual.

- Saúde mental: Priorizar cuidados comunitários, como os Centros de Atenção Psicossocial, em vez de internações, para manter o apoio familiar. Oferecer ações de aconselhamento ou atividades educativas em saúde mental, especialmente facilitadas por jovens, beneficiando também a juventude indígena.
- Atendimento intercultural: Capacitar equipes para oferecer atendimento intercultural, atendendo às necessidades dos povos tradicionais, da juventude LGBTQIA+, negra..
- Informações em saúde online: Apoiar iniciativas online, como aplicativos ou sites, para oferecer

informações de saúde para os jovens, ampliando seu alcance.

- Direito à saúde para grupos vulneráveis: Garantir o direito à saúde para grupos de jovens em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas ou em prisões.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO À SAÚDE?

- Você considera que jovens com problemas relacionados à saúde mental têm um atendimento adequado em Campinas? Você consegue facilmente acessar métodos de prevenção de doenças性uais e gravidez? Exemplo: retirar camisinha nos Centros de Saúde.

DIREITO À CULTURA

Os jovens têm direito à cultura, incluindo participar na criação, acessar bens culturais e decidir sobre políticas culturais, valorizando a diversidade e memória social. O poder público deve garantir a participação dos jovens na produção cultural, facilitar o acesso a eventos culturais com preços reduzidos, incentivar atividades artísticas e preservação do patrimônio, promover a diversidade cultural, inclusão digital e acesso à cultura para todos os jovens, especialmente os mais vulneráveis.

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO À CULTURA?

- Atividades criativas para jovens: Atividades como música, dança, teatro e artes visuais em contextos comunitários têm impactos positivos em comportamento, autoconfiança, autoestima, conhecimento e atividade física entre jovens.
- Promoção do protagonismo juvenil: Iniciativas municipais que promovam o protagonismo juvenil, como o Pontão de Cultura, são importantes para levar a cultura a todos os cantos da cidade.
- Reconhecimento da cultura como direito: É essencial que o município reconheça a cultura como um direito, através de um plano ou política específica, para garantir o fomento de ações e equipamentos culturais, descentralizando a

cultura nos territórios.

- Auxílios financeiros e apoios: O município pode oferecer auxílios financeiros e apoios para que jovens possam produzir e participar de eventos culturais, incluindo o reconhecimento dessas atividades nos currículos escolares, e apoiar coletivos culturais locais.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO À CULTURA?

- Você participa ou conhece jovens que participam de atividades culturais gratuitamente promovidos pela Prefeitura de Campinas? Exemplo: oficinas e cursos de dança, teatro, desenho, hip hop, circo, música, entre outros.
- Você assiste ou conhece jovens que assistem eventos culturais promovidos gratuitamente pela prefeitura de Campinas? Exemplo: shows, festivais, festas, entre outros.
 - Obs.: a legislação fala sobre meia entrada, mas no debate de grupo de jovens periféricos a demanda é por gratuidade.

DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO?

- Facilitação do acesso à internet: O município deve facilitar o acesso e a conexão à internet, incentivando a criação de soluções de comunicação que representem as realidades e linguagens de diferentes grupos.
- Apoio a laboratórios de comunicação: Apoiar laboratórios de comunicação descentralizados e comunitários, envolvendo jovens, idosos, mulheres e pessoas do meio rural, pode ser essencial para incluir e conectar a população local, garantindo espaços para suas narrativas.
- Utilização de diferentes mídias: É importante permitir o uso de diferentes mídias (jornais,

Os jovens têm direito à comunicação e à livre expressão, podendo produzir conteúdo individualmente ou em colaboração com outros, além de acessar tecnologias de informação e comunicação. O poder público deve incentivar programas educativos e culturais para jovens na rádio, TV e outros meios de comunicação, promover a inclusão digital, apoiar as redes de comunicação dos jovens, criar e manter equipamentos públicos para promover o direito à comunicação dos jovens e garantir acessibilidade às tecnologias de comunicação para jovens com deficiência.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO?

- Você tem acesso fácil à internet?

DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER

Os jovens têm direito à prática esportiva para seu pleno desenvolvimento, com prioridade para esportes que contribuam para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, levando em conta que os adolescentes estão em desenvolvimento. A política pública de esporte e lazer para os jovens deve incluir diagnósticos e estudos sobre educação física, esportes e equipamentos de lazer; incentivos fiscais para o esporte que priorizem a juventude; valorização do esporte educacional; e oferta de equipamentos comunitários para prática esportiva, cultural e de lazer. Todas as escolas devem buscar ao menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas.

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER?

- Plano específico para esporte e lazer: Construir um plano específico para a área de esporte e lazer pode ser um primeiro passo importante para afirmar os direitos dos jovens.
- Ampliação e diversificação dos programas: É importante ampliar, diversificar, criar e descentralizar os programas e políticas de esporte e lazer.
- Manutenção e aprimoramento de centros esportivos nas escolas: Reconhece-se o papel das escolas em abrigar centros esportivos, que precisam ser mantidos e aprimorados.
- Investimento em equipamentos esportivos e de

lazer: Praças, parques, piscinas comunitárias, campinhos e ginásios podem ser alvo de investimento municipal e de parcerias com o setor privado e organizações sociais.

- Participação dos jovens na definição e gestão dos equipamentos: Garantir a participação dos jovens na definição do modelo de equipamentos a serem construídos e na gestão democrática dos mesmos, por meio da formação de comissões de usuários.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER?

- Você pratica ou conhece jovens que praticam atividades esportivas gratuitamente promovidas pela Prefeitura de Campinas? Exemplo: escolinha de futebol, vôlei, atletismo, natação, basquete, entre outras.
- Existem, perto da sua casa, praças públicas, parques, bosques ou piscinas comunitárias em funcionamento e que jovens frequentem para se divertir?

DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE

Os jovens têm direito ao território e à mobilidade, incluindo políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, tanto no campo quanto na cidade. Para os jovens com deficiência, é garantida a acessibilidade e as adaptações necessárias. No sistema de transporte coletivo interestadual, devem ser reservadas duas vagas gratuitas por veículo para jovens de baixa renda e duas vagas com desconto de 50% no valor das passagens, após o esgotamento das vagas gratuitas. A União, em conjunto com Estados, Distrito Federal e Municípios, deve esforçar-se para oferecer transporte público subsidiado para os jovens, com prioridade para aqueles em situação de pobreza e vulnerabilidade.

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE?

- Conhecimento das diferenças: É essencial conhecer as diferenças entre os jovens de diferentes contextos e levantar dados atualizados sobre territórios e mobilidade.
- Juventude rural: Oferecer condições mínimas para evitar a evasão rural, como acesso à terra, fomento, crédito, mercado, assistência técnica e extensão rural qualificada, e promoção da qualidade de vida e cidadania no campo.
- Juventude urbana: Enfrentar desafios das periferias, com articulação regional e boa gestão dos espaços públicos. Compreender as necessidades e criar políticas que diminuam

desigualdades.

- Territórios afastados do centro urbano: Elaborar políticas de mobilidade urbanas e rurais, acesso ao transporte de qualidade para territórios longínquos ou em vulnerabilidade, criar conselhos participativos, e estruturar programas de geração de renda baseados na vocação dos territórios.
- Facilitação do acesso à micromobilidade e transporte público: Facilitar o acesso à micromobilidade e ao transporte público local, intermunicipal e interestadual para jovens, com iniciativas de disponibilização de bicicletas e passe livre.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE.

- Você e/ou sua família recebe ou recebeu apoio de programa da prefeitura de Campinas para ter moradia digna?
- O custo do transporte público em Campinas te impede de circular mais pela cidade?

DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE?

- Transparência e Monitoramento: Os municípios devem melhorar a transparência e o monitoramento dos dados ambientais, inspirando-se nas metas do Acordo de Paris e no Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.
- Participação de Jovens: É fundamental ampliar e qualificar a participação de jovens em questões ambientais, como mudanças climáticas, conservação ambiental, gestão de resíduos e combate à injustiça ambiental.
- Produção e Consumo Sustentáveis: Promover a implementação e oferta de práticas sustentáveis

Os jovens têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável, essencial para a qualidade de vida presente e futura, e têm o dever de defendê-lo e preservá-lo. O Estado deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, visando à preservação do meio ambiente e à sustentabilidade, conforme a Política Nacional do Meio Ambiente. Nas políticas públicas que envolvam a dimensão ambiental, o poder público deve estimular e fortalecer organizações e movimentos de juventude ambiental, incentivar a participação de jovens na elaboração das políticas, criar programas de educação ambiental para jovens e incentivar a participação deles em projetos de geração de trabalho e renda sustentáveis.

de produção e consumo, valorizando saberes e conhecimentos tradicionais, e promovendo a conexão dos jovens com seus territórios e o meio ambiente.

- Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis: Realizar ações educativas e informativas para compreensão do impacto ambiental, como promover reciclagem em nível local, e apoiar iniciativas como hortas comunitárias e agricultura familiar.
- Participação em Espaços de Decisão: Garantir a participação dos jovens, incluindo representantes da juventude rural e de comunidades tradicionais, em espaços de monitoramento e decisão sobre questões ambientais.
- Plano de adaptação climática: Frente à emergência climática é essencial que o município se prepare

criando normativas e diretrizes para promover o ajustamento da sociedade e dos ecossistemas frente aos efeitos adversos da crise do clima

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE?

- Você considera que a prefeitura de Campinas tem programas e projetos para resolver os problemas ambientais? Exemplo: solução para alagamentos, destino correto do lixo, plantio para arborização, etc.
- Em relação ao meio ambiente e infraestrutura de onde você mora, selecione todas as opções que fazem sentido pro seu bairro:

DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA

Todos os jovens têm o direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com igualdade de oportunidades para seu desenvolvimento intelectual, cultural e social. Para isso, as políticas de segurança pública devem integrar ações de diferentes esferas governamentais e da sociedade, focando na prevenção e combate à violência, especialmente para jovens em situação de risco ou vulnerabilidade social, e garantindo acesso à Defensoria Pública e à justiça para jovens com deficiência em igualdade de condições.

Essas políticas também devem incluir a realização de estudos e pesquisas para entender melhor a violência contra os jovens, permitindo a avaliação periódica das ações e seus impactos. Priorizar a segurança dos jovens e criar medidas adaptadas às suas necessidades são passos essenciais para garantir um ambiente seguro e promover o seu bem-estar.

O QUE A PREFEITURA E A CÂMARA DE VEREADORES PRECISAM E PODEM FAZER PELO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA?

- Materiais de Conscientização: Criação de materiais educativos sobre direitos dos jovens.
- Coleta de Dados: Recolher e analisar dados sobre fatores de risco e proteção.
- Capacitação de Recursos Humanos: Treinar trabalhadores para acolher jovens em situações de violência.
- Reinserção Social: Organizar programas de apoio

para jovens do sistema socioeducativo e prisional.

- Espaços de Decisão e Mediação: Promover espaços para jovens participarem ativamente da mediação e decisão sobre conflitos.
- Guarda Municipal: Oferecer formação à GM sobre racismo e preconceito social, para uma abordagem segura e não discriminatória.

PERGUNTA DO FORMULÁRIO SOBRE DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA?

- Você já presenciou ou viveu uma situação de violência como roubos ou furtos em Campinas?
- A Guarda Municipal de Campinas tem que proteger prédios públicos, cuidar da segurança em áreas da cidade e ajudar a manter a ordem, você vê a atuação dela como?

